

BOLETIM INFORMATIVO

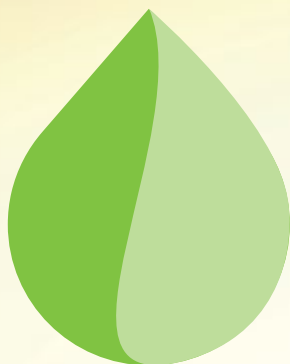
A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXXVI nº 1559 | 07/04/2022

Tiragem desta edição 26.000 exemplares



BIOCOMBUSTÍVEL

DO CAMPO PARA O TANQUE

Programa nacional de biodiesel não avança como prometido, deixando de consumir parte da soja e dos investimentos realizados pelas indústrias



Aos leitores

O ditado popular “o que é combinado não sai caro” deveria ser aplicado à risca, para evitar desdobramentos negativos em vários aspectos. No caso do biodiesel, tema da matéria de capa desta edição do Boletim Informativo, a máxima não está sendo seguida pelo governo federal, o que tem ocasionado problemas dentro e fora da porteira. Isso porque uma promessa, ou melhor, uma resolução datada de 2018 não está sendo colocada em prática, gerando efeitos indigestos e, até mesmo, prejuízos financeiros.

A questão envolve a proporção de biodiesel ao diesel. Hoje esse percentual deveria estar em 14%. Porém, na realidade, na bomba no posto de gasolina, apenas 10% da mistura são do combustível verde. Cada ponto a menos significa investimentos realizados pelas indústrias que ficaram ociosos, um número menor de empregos, uma quantidade menor de soja destinada à produção de biodiesel e menos dinheiro circulando na economia nacional. Isso tudo sem contar o aspecto ambiental. Afinal, menos petróleo e mais “soja” no diesel significam sustentabilidade na cadeia.

A expectativa do campo e indústria é que a medida, anunciada em 2018, passe a valer na íntegra. E que a proporção avance para os 14%, garantido demanda para os setores envolvidos e oferta ambientalmente correta para a população.

Boa leitura!

Expediente

• FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldato, Lisiane Rocha Czech, Nery José Thome e Valdemar da Silva Melato | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita
Diretor Financeiro: Paulo José Buso Júnior e Ivo Pierin Júnior | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santoroza, Ciro Tadeu Alcantara e Walter Ferreira Lima | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, Rodolpho Luiz Werneck Botelho, Eduardo Medeiros Gomes e Gerson Magnoni Bortoli.

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Marcos Junior Brambilla (Fetaep), Rosanne Curi Zarattini (Senar AC), Darci Piana (Fecomércio) e Nelson Costa (Ocepar) | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santoroza, Paulo José Buso Júnior e Carlos Alberto Gabiatto
Superintendente Adjunto: Carlos Augusto Albuquerque.

• BOLETIM INFORMATIVO

Coordenação de Comunicação Social e Edição: Carlos Guimarães Filho | **Redação e Revisão:** André Amorim, Antonio Carlos Senkovski, Bruna Fioroni e Felipe Anibal
Projeto Gráfico e Diagramação: Fernando Santos, Helio Lacerda e William Goldbach
Colaboração: Lucas Silva e Vivian Assunção
Contato: imprensa@faep.com.br

Publicação quinzenal editada pela Coordenação de Comunicação Social (CCOM) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1559:

Fernando Santos, William Goldbach, Divulgação Grupo Potencial, Arquivo FAEP, AEN e Shutterstock.

ÍNDICE

COMBUSTÍVEL VERDE

Percentuais obrigatórios de mistura de biodiesel não estão sendo cumpridos. Impactos são observados no campo e na indústria

PÁG. 18

REPRESENTATIVIDADE SINDICAL

Nova sede do Sindicato Rural de Toledo foi inaugurada com o objetivo de centralizar demandas do agronegócio

Pág. 4

ATUALIZAÇÃO CADASTRAL

Irrigantes e aquicultores precisam renovar dados na Copel para garantir descontos na energia elétrica

Pág. 6

CONSELEITE

Rodada de seminários vai apresentar metodologia adotada para definir o valor de referência mensal para o leite

Pág. 8

SUSTENTABILIDADE

Em entrevista, novo secretário de Desenvolvimento Sustentável e do Turismo aponta perspectivas para o futuro

Pág. 10

ATENDIMENTO PERSONALIZADO

Curso sobre alho foi formatado pelo SENAR-PR para atender demanda de produtores de Santa Maria do Oeste

Pág. 24

Produtores atingidos pela seca terão desconto de até 35,2%

Governo federal regulamentou o auxílio para o pagamento de financiamento a agricultores que tiveram lavouras afetadas. Saiba como conseguir o benefício



O governo federal regulamentou, por meio do Decreto 11.029, um desconto de até 35,2% para o pagamento de parcelas de crédito agropecuário a produtores que tiveram perdas causadas pela estiagem na safra 2021/22. O documento publicado no dia 1º de abril em edição extra do Diário Oficial da União prevê o benefício a agricultores do Paraná e outros três Estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

O Paraná teve perdas severas na temporada de verão 2021/22. Até o momento, o Departamento de Economia Rural (Deral), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (Seab), estima

prejuízos na ordem de 45% na soja e 32% no milho. Isso representa uma perda de 9,5 milhões de toneladas na oleaginosa e 1,3 milhão de toneladas a menos no cereal de verão. Em termos financeiros, o rombo deve passar dos R\$ 30 bilhões no Valor Bruto de Produção (VBP) Agropecuário.

O auxílio regulamentado vale para as parcelas das operações de crédito rural de custeio e de investimento vencidas e/ou que vencem no período de 1º de janeiro a 31 de julho de 2022. Outra regra importante é que, para se beneficiar do desconto, o crédito deve ter sido contratado até 31 de dezembro de 2021 e

estar sem inadimplência. Além disso, é pré-requisito que o produtor tenha o registro de Declaração de Aptidão (DAP) ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) ou inscrição no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF).

A regulamentação do benefício foi possível depois que o governo abriu um crédito extraordinário de R\$ 1,2 bilhão para a concessão dos descontos em operações contratadas do Pronaf. O dinheiro foi providenciado por uma provocação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), que por sua vez foi pressionado por inúmeras entidades representativas dos agropecuaristas no Brasil, incluindo o Sistema FAEP/SENAR-PR.

O decreto prevê também que, caso não haja pagamento da parte do produtor mesmo depois de obter desconto, haverá ainda a possibilidade do saldo em débito ou a parcela terem prazo de pagamento prorrogado – se ficar comprovada a perda da receita nos empreendimentos vinculados. Os descontos não podem ser adotados por beneficiários do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) ou com cobertura de seguro rural.

Serviço

Os produtores que quiserem se beneficiar do desconto devem procurar o banco em que fizeram o financiamento. Os sindicatos rurais também estão à disposição para esclarecer eventuais dúvidas.

Nova sede homenageia ex-presidente Paludo

Construção do prédio foi idealizada pelo antigo líder, falecido no ano passado. Inauguração contou com mais de 250 pessoas



Família de Nelson Paludo recebeu placa de honra em nome do ex-líder rural

Inaugurada oficialmente em 31 de março, a nova sede do Sindicato Rural de Toledo, no Oeste do Paraná, celebra a realização de um sonho de união. O prédio de arquitetura moderna e de dois pavimentos foi concebido para congregar as entidades representativas do agronegócio da região, de modo que as demandas do setor pudessem ser centralizadas naquele espaço. Idealizada pelo ex-presidente do sindicato, Nelson Paludo – que faleceu no ano passado –, a edificação leva o nome do líder rural.

Na cerimônia de inauguração prestigiada por mais de 250 pessoas, o número de autoridades deu o tom da importância do feito. Entre os convidados, o atual presidente do Sindicato Rural de Toledo, Nelson Gaffuri, recebeu o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette; o secretário de Estado de Agricultura e do Abastecimento, Norberto Ortigara; o deputado federal e presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), Sérgio Souza; o prefeito de Toledo, Beto Lunitti; além de vereadores e outras lideranças da região. Os discursos lembraram o empenho visionário de Paludo em construir a nova sede.

“Acompanhei o sonho do Nelson [Paludo]. Hoje essa obra mostra a força dos produtores rurais, independentemente de contribuição sindical”, disse Meneguette. “Na minha opinião, não é apenas a inauguração da sede de um sindicato, mas um exemplo para o Brasil. É a união”, acrescentou.

As homenagens a Paludo não se restringiram aos discursos. Na solenidade, autoridades e familiares descerraram a placa com o nome do ex-presidente. Ao longo da cerimônia, também se destacou que Paludo presidiu o sindicato por mais de 20 anos – de 2000 a 2021 – e que empunhou diversas bandeiras do setor rural, como a liberação dos transgênicos e a securitização das dívidas dos produtores, tornando-se um dos líderes rurais mais respeitados do país.

“Nelson Paludo foi uma grande liderança. Estamos vivenciando esta inauguração também para renovar as nossas homenagens a esse grande líder que se foi, do ponto de vista do nosso mundo físico, mas que continua presente conosco”, disse Ortigara.



Ágide Meneguette discursa na inauguração



Antigos líderes são homenageados na nova sede



Moderno, o prédio tem 1,2 mil metros quadrados de área construída

Sonho

Logo de cara, é possível notar porque a nova sede é tida como um sonho. A fachada espelhada chama a atenção pelo seu arrojo arquitetônico. O prédio tem 1,2 mil metros quadrados de área construída, em um terreno de 7 mil metros quadrados, localizado no Jardim Tocantins. No *hall* de entrada, os associados são recebidos por funcionários uniformizados e encaminhados ao setor adequado para suas demandas. A equipe é composta por 13 colaboradores, divididos em diversos departamentos.

Ao longo do edifício, há dez salas para os diversos tipos de atendimentos. A ideia é que outras entidades, associações de produtores e comissões possam se instalar no sindicato, facilitando a vida do produtor rural. Assim, o local funcionaria como uma espécie de “centro do agronegócio” de Toledo. “São salas planejadas e prontas para receber as futuras gerações, porque estamos no centro do agronegócio brasileiro”,

sintetizou Gaffuri. O espaço está funcionando há um ano, mas não havia sido inaugurado oficialmente em razão da pandemia do novo coronavírus.

Não é só isso. A nova sede conta com um auditório com capacidade para 150 pessoas, onde serão realizados eventos, assembleias e reuniões. Também há uma ampla sala de reunião, com equipamento de som e de projeção, e uma cozinha industrial – ambos utilizados em cursos do SENAR-PR. Tudo isso funciona de forma sustentável: o sindicato rural conta com sistema de energia solar fotovoltaica e poços artesianos.

Criação

A organização dos produtores rurais de Toledo começou em 1952, quando foi criada a Associação Rural. Em 1966, o grupo realizou uma assembleia, que decidiu pela fundação do sindicato rural, cuja carta sindical foi recebida no ano seguinte (1967). Hoje, são mais de 700 associados, o que faz da entidade um dos sindicatos rurais mais fortes do Paraná.

A entidade oferece aos produtores rurais um extenso rol de serviços, como contabilidade e apoio em documentações como Cadastro Ambiental Rural (CAR), declaração de Imposto de Renda, Imposto Territorial Rural (ITR), Cadastro de Atualização de Rebanho, entre outros. Além disso, os associados e seus familiares podem aderir a convênios de planos de saúde e odontológico e ter acesso a descontos em empresas de telefonia e lojas.

Toda essa estrutura faz jus ao desempenho de Toledo no setor rural. Em 2020, o Valor Bruto de Produção (VBP) Agropecuário chegou a R\$ 3,4 bilhões – o mais alto do Paraná. Os grandes destaques da economia local são os suínos de corte (R\$ 619 milhões) e aves de corte (R\$ 704 milhões), cadeias que irradiam dividendos pela geração de empregos. Tudo isso também está relacionado a outra frente de atuação sindical: a representatividade. A união se reflete no fortalecimento do setor e, por conseguinte, em seu desenvolvimento. Tudo isso, cria condições para o agropecuarista continuar produzindo e contribuindo com a economia do país.

“Aprendemos a importância de fazer políticas e a importância do sistema da representatividade, em que o produtor rural sinta à mesa num sindicato rural e ven trazer os seus problemas, as suas dificuldades. E essa representatividade, por meio do sindicato rural, chega até a FAEP, [Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil] CNA e ao parlamento, principalmente à FPA, que é a frente parlamentar mais forte do Congresso”, disse Souza.

Homenagens

Além de Paludo, foram homenageados todos os ex-presidentes do Sindicato Rural de Toledo, desde Ernesto Dall’oglio, primeiro associado da entidade e que a presidiu de 1967 a 1976. Os próprios líderes ou seus familiares receberam uma placa de honra e um buquê de flores, em reconhecimento aos serviços prestados ao setor rural. Também foi inaugurada uma galeria dedicada aos líderes que contribuíram com a história da entidade.



Irrigantes e aquicultores precisam atualizar cadastro na Copel

Medida é obrigatória e garante a manutenção dos descontos na tarifa de energia elétrica para essas atividades

Desde o dia 1º de abril, irrigantes e aquicultores que recebem descontos na tarifa da energia elétrica devem realizar atualização cadastral para manutenção dos benefícios. O prazo para apresentação dos documentos é de seis meses, a contar da primeira notificação impressa na fatura. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), por meio da Resolução Normativa 1.000/2021, estabeleceu a obrigatoriedade de revisão de cadastro a cada três anos.

No Paraná, produtores rurais que desenvolvem atividades de irrigação ou aquicultura em um período diário contínuo de oito horas e 30 minutos recebem descontos na tarifa de energia elétrica, de acordo com o fornecimento em quilovolts (kV) pela distribuidora. Por determinação da Aneel, em 2022 e 2023, irrigantes e aquicultores pertencentes ao grupo B (baixa tensão) devem realizar a revisão cadastral para comprovar que continuam atendendo aos critérios de elegibilidade para recebimento do

benefício tarifário. Esses consumidores atendidos com tensão inferior a 2,3 kV têm redução de 70% na tarifa de energia elétrica.

Segundo a Copel, mais de 1,5 mil consumidores serão notificados via fatura, SMS e e-mail, com priorização das unidades que tiveram maior consumo de energia em 2021. O restante dos consumidores passará pelo processo em 2023.

“A FAEP já vem acompanhando essas mudanças na legislação desde o segundo semestre de 2021. Por isso, convocamos a Copel para que esclarecesse de que forma seria a atualização cadastral e como o setor produtivo poderia ajudar. Estamos em um contexto de alta nos custos de produção, principalmente das culturas intensivas no uso de energia, como a avicultura e a piscicultura, e qualquer aumento na tarifa ou perda de benefícios será prejudicial ao produtor”, destaca Luiz Eliezer Ferreira, técnico do Departamento Técnico e Econômico (DTE) do Sistema FAEP/SENAR-PR.

Os produtores rurais do grupo A, composto por unidades consumidoras que recebem energia em tensão igual ou acima de 2,3 kV, que recebem desconto de 60% fizeram a atualização no ano passado.

Adequação

Caso na entrada de serviço estejam ligadas outras cargas que não as de irrigação e aquicultura e seja do interesse do produtor manter os descontos, será necessário fazer a adequação. Na aquicultura, devem estar ligadas cargas específicas utilizadas no bombeamento para captação de água e dos tanques de criação, no berçário, na aeração e na iluminação desses locais. Já na irrigação, cargas específicas utilizadas no bombeamento para captação de água e adução, na injeção de fertilizantes na linha de irrigação, na aplicação da água no solo mediante o uso de técnicas específicas e na iluminação dos locais de instalação desses equipamentos.

A Copel poderá realizar vistoria na propriedade para comprovação de que a energia elétrica é utilizada exclusivamente para as estruturas mencionadas.

Passo a passo

- 1) Acesse o link <https://bit.ly/RevisãoCadastral>
- 2) Clique em “Avançar” no final da página
- 3) Preencha o formulário com seus dados e clique em “Avançar”
- 4) Anexe cópia dos seguintes documentos*:
 - RG e CPF;
 - Cadastro de Produtor Rural no Estado do Paraná (CAD/PRO). O titular da unidade consumidora deverá ter seu nome no CAD/PRO como titular ou associado à produção;
 - Licenciamento Ambiental;
 - Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos ou Dispensa de Outorga (Cadastro de Uso Insignificante). Não serão aceitas outorga prévia ou ficha de vistoria prévia;
 - Documento da propriedade em que conste o endereço, como Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Cadastro Ambiental Rural (CAR), Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR), etc.

*Neste primeiro período de revisão cadastral, também será aceita a autodeclaração de irrigantes e aquicultores do grupo B. O modelo de autodeclaração pode ser acessado neste link: <https://bit.ly/Modelo-Autodeclaração>. Mas, a recomendação é que, antes do próximo ciclo de revisão cadastral, sejam apresentados o Licenciamento Ambiental e a Outorga ou Dispensa de Outorga, sob risco de perda e devolução dos benefícios tarifários recebidos.



Milho ganha novas categorias

Uma década atrás, em abril de 2012, o Boletim Informativo tratava dos novos parâmetros para a classificação do milho – em vigor até hoje (Portaria 60/2011). A proposta que alterou a questão foi apresentada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), com contribuição do Sistema FAEP/SENAR-PR e da Ocepar, que estiveram em consultas públicas para permitir a participação do setor produtivo na definição das reais condições e características do cereal produzido no Brasil.

A classificação anterior tinha o grupo Mole, substituído pelo grupo Dentado. Com isso, o milho passou a ter as seguintes divisões: Duro (mínimo de 85% dos grãos com o endosperma predominantemente duro); Dentado (mínimo de 85% de grãos de consistência parcial ou totalmente farinácea); Semiduro (mínimo de 85% de grãos com consistência e formato intermediário entre duro e dentado); e Misturado (quando não se encaixar em nenhum dos grupos).

A norma também definiu cores ao cereal. A cor Amarela designa um tipo com mínimo 95% de grãos amarelos (em peso), amarelo pálido, amarelo alaranjado, coloração vermelha ou rósea. A Branca corresponde a grãos com no mínimo 95% brancos (em peso), o que inclui as colorações marfim ou palha. O milho Cores deve ter no mínimo 95% de grãos de coloração uniforme (em peso), mas diferentes das classes amarela e branca. Há ainda a categoria Misturada, que abrange todos os outros.

Conseleite-PR promove seminários regionais para detalhar metodologia

Cinco municípios já têm datas marcadas para o evento de apresentação de como são obtidos os números que resultam no valor de referência mensal para o leite



Primeiro seminário foi realizado em Francisco Beltrão e reuniu mais de 100 pessoas

O Conseleite-PR está realizando uma rodada de seminários pelo Paraná para apresentar a metodologia adotada para o levantamento mensal que resulta na divulgação do valor de referência para o leite. Os encontros estão sendo organizados conforme a demanda dos representantes do Conselho nos municípios. O primeiro ocorreu no dia 6 de abril, em Francisco Beltrão, na região Sudoeste. Até o momento já estão confirmados outros eventos em Missal (10/05), Marechal Cândido Rondon (10/05) e Toledo (11/05), no Oeste; e Umuarama (11/05), no Noroeste (confira datas e locais na página 9).

Em cada local, haverá a presença de representantes das agroindústrias, dos produtores rurais e da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que desenvolveu a metodologia de cálculos. Mensalmente, são coletados dados junto a diver-

sas instituições públicas e privadas para chegar aos números que compõem o valor de referência para o leite. Nos seminários, serão detalhadas as etapas e como funciona o método, com oportunidade aos participantes de tirarem suas dúvidas.

O presidente da Comissão Técnica de Bovinocultura de Leite da FAEP, Ronei Volpi, lembra que os eventos ocorrerão conforme demanda dos municípios. “Não se trata de um evento imposto. A rodada de seminários é por demanda do próprio setor produtivo”, destaca o dirigente. “O Conseleite, em seus quase 20 anos de história, sempre teve a transparência como sua marca. É natural que ao longo do tempo seja necessário reforçar questões de metodologia e funcionamento da entidade”, complementa.



Confira os locais e datas já definidas

10/05	9h às 12h	Missal	Auditório da Câmara Municipal Rua Marechal Floriano Peixoto, 50
	14h às 17h	Marechal Cândido Rondon	Associação Atlética Cultural Copagril (AACC) Rua Nove de Agosto, 428 - Líder
11/05	9h às 12h	Toledo	Sindicato Rural Av. Ministro Cirne Lima, 3804
	15h às 18h	Umuarama	Sindicato Rural. Av. Brasil, 3547

Conseleite

O Conseleite-Paraná foi criado em 29 de outubro de 2002 e é classificado, desde sua ata de fundação, como associação civil, com estatuto e regulamentos próprios. Compõem a instituição representantes de produtores rurais de leite (FAEP) e de indústrias (Sindileite-PR) de laticínios que processam a matéria-prima (leite). Fazem parte do conselho o mesmo número de representantes de ambos os lados, fazendo dele uma organização paritária.

O objetivo do Conseleite-PR é estabelecer relações justas entre produtores rurais e indústrias, reduzindo conflitos que se estabeleceram entre as partes com a desregulamentação do setor na década de 1990. As alternativas encontradas em debates transparentes e democráticos têm contribuído de forma significativa para favorecer o desenvolvimento sustentável tanto na produção de leite como de seus derivados, além de promover melhorias contínuas de qualidade na cadeia produtiva como um todo.

*“O Conseleite,
em seus quase 20 anos
de história, sempre teve
a transparência como
sua marca”*

**Ronei Volpi,
presidente da Comissão Técnica de
Bovinocultura de Leite da FAEP**

Legado da continuidade

Novo secretário estadual do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo aposta na produção rural conciliada ao respeito pelo meio ambiente



O desenvolvimento sustentável é um tema central para a elaboração de políticas públicas em um Estado de forte vocação agropecuária como o Paraná. Desse modo, a escolha do titular da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (Sedest) é estratégica, depois que o deputado estadual Marcio Nunes, que ocupou a pasta até o último dia de março, saiu do posto para se dedicar à eleição. O escolhido para dar continuidade ao trabalho é **Everton Souza**, que até então ocupava o cargo de diretor-presidente do Instituto Água e Terra (IAT). Graduado em geografia, com uma longa trajetória de contribuições ao meio ambiente, ele concedeu, logo no primeiro dia de trabalho como secretário, uma entrevista ao Boletim Informativo.

BI - Quais os principais desafios à frente de uma pasta tão estratégica quanto a do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo?

Everton Souza – A ligação entre meio ambiente e turismo é cada vez mais evidente e o interesse pelo destino de turis-

mo de natureza, de aventura, traz uma conexão forte entre as ações que nós temos na Paraná Turismo, na secretaria e no IAT. Temos, por exemplo, uma política de gestão das nossas unidades de conservação, que permite, cada vez mais, visitantes, e que isso se transforme em bem-estar social, em geração de empregos e de impostos no entorno destes pontos de atração turística de natureza.

Também temos compromisso com o desenvolvimento sustentável. Se não houver sustentabilidade, não há desenvolvimento. Por mais que você possa ter um crescimento econômico, se não tiver a relação harmônica com o meio ambiente e um resultado social daquele empreendimento, não está ocorrendo desenvolvimento. Nós temos um compromisso com a população do Paraná, assumido pelo governador Carlos Massa Junior, pelo secretário que me antecedeu, Marcio Nunes, e que é a minha tarefa aqui: tornar viável qualquer empreendimento que busque se utilizar dos recursos naturais para gerar desenvolvimento sustentável.

Recentemente recebemos 112 profissionais em um concurso público, o que não acontecia há mais de 30 anos. Estamos buscando uma unificação de procedimentos entre nossos escritórios regionais, para que possamos dar uma resposta local em cada região para que o IAT e a secretaria tenham uma política só.

Outra coisa que temos investindo é na transformação digital, para que possamos ter agilidade no atendimento às demandas da sociedade paranaense.

Que tipo de programas e de investimentos estão previstos na sua gestão?

Nós temos linhas programáticas definidas e consagradas, como o “Paraná mais verde”, “Rio Vivo”, “Água no campo” e o “Paraná sem lixões”, que vamos dar continuidade. Também o trabalho de combate à erosão que estamos enfrentando por meio de intervenções importantes para combater esse que, talvez, seja o maior problema ambiental do Estado. Temos perdas de solo, assoreamento de rios, diminuição da qualidade das águas. É a busca de se fazer a continuidade de políticas que já estavam estabelecidas.

O Paraná atravessa um período de estiagem severa que impacta diretamente a produção no campo. De que formas políticas ambientais podem ajudar o paranaense a sofrer menos estes impactos?

O Paraná tem 16 bacias hidrográficas que a natureza nos deu, e temos um compromisso de desenvolver as políticas públicas de gestão de recursos hídricos, para que possamos minimizar os efeitos de eventos críticos, como estiagem e cheias prolongadas e a questão da qualidade da água, que pode ser por quantidade de resíduo, como aporte indevido de efluentes nestas águas. Esse é um processo coletivo. A própria gestão de águas é feita coletivamente dentro dos comitês de bacias hidrográficas. As unidades hidrográficas têm se organizado junto à sociedade civil, ao poder público e aos usuários de água no sentido de fazer a composição plural destes comitês.

Qual o saldo do programa Descomplica Rural dois anos após o lançamento?

Posso te dizer que o Descomplica é motivo de orgulho para os gestores ambientais do Paraná. Foi uma decisão técnica, jurídica, que envolveu artifícios digitais para que pudéssemos ter uma análise, uma liberação, uma autorização, um licenciamento para uma granja de suínos, de aves, no sentido de que com áreas e locais com empreendimentos de baixo impacto, as liberações pudessem ser feitas de modo rápido. Isso dá segurança de que o produtor pode se instalar, fazer sua produção, se integrar, se cooperar, para transformar o que produzimos de proteína vegetal em

proteína animal, entrando no círculo virtuoso do alimento sustentável. Assim, os produtos gerados no Paraná podem alcançar mercados exigentes do ponto de vista ambiental.

O Paraná vem se firmando como exemplo de sustentabilidade ao mesmo tempo que confirma sua posição de líder na produção agropecuária. Como conciliar os aspectos de produção e preservação?

O Estado tem uma tradição de conservação do patrimônio natural, que vem da atuação do nosso produtor rural, que encontra a história dele na relação com a área ambiental e também com a agricultura, e vem fazendo um trabalho importante de produção e preservação ambiental. Hoje temos que apoiar e ampliar a nossa produção praticamente numa área de intervenção, que não precisa nem mais ser aumentada. O Paraná é exemplo de tecnologia, de manejo de solo, manejo de bacias, que permitem aumentos consideráveis na produção agropecuária, sem causar danos ao meio ambiente.

A gestão do ex-secretário Marcio Nunes ficou conhecida pela redução na burocracia. Qual o senhor acha que será a sua marca nesses nove meses que estará à frente da pasta?

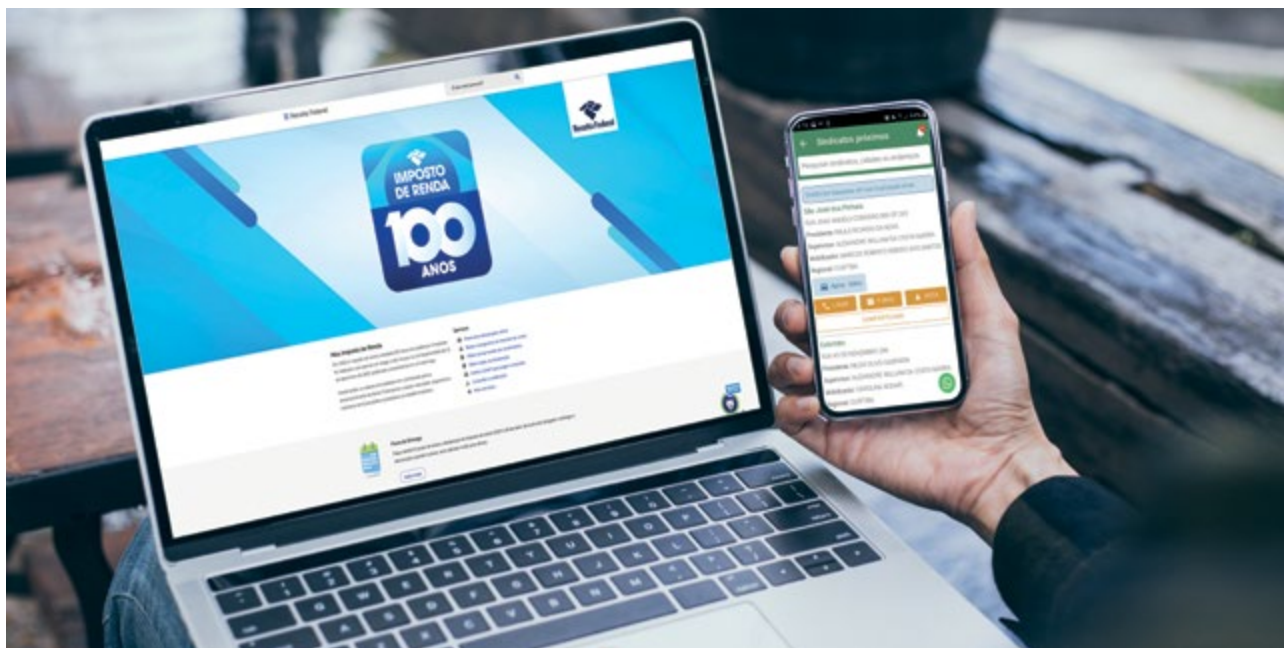
Na evolução digital e na perspectiva da contratação de novos funcionários, eu participei ativamente da gestão do secretário Marcio Nunes, além de todos os programas citados. Então me sinto à vontade para dar continuidade a programas exitosos que estão em plena execução.

“Por mais que possa ter um crescimento econômico, se não tiver a relação harmônica com o meio ambiente daquele empreendimento, não está ocorrendo desenvolvimento”

Everton Souza, secretário de Desenvolvimento Sustentável e do Turismo

FAEP promove treinamento sobre Imposto de Renda

Nas quatro turmas nos níveis básico, intermediário e avançado participaram 80 pessoas de 58 sindicatos rurais. Produtores têm até 31 de maio para ficar em dia com a Receita Federal



O Sistema FAEP/SENAR-PR promoveu, em março, quatro turmas de um curso que ensina como fazer a Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física (DIRPF). No total, 80 pessoas de 58 sindicatos rurais participaram do treinamento de forma *online* ministrado pelo instrutor Valdecir Mokwa, especialista no tema e que também presta consultoria aos sindicatos rurais, por meio da FAEP, na área de imposto de renda. A ideia foi promover um curso completo voltado especialmente aos colaboradores dos sindicatos rurais do Paraná para esses estarem aptos para repassar informações e tirar dúvida sobre como fazer a declaração.

O procedimento é uma “prestação de contas” anual ao governo federal que envolve os dados das movimentações financeiras na propriedade rural, sempre considerando o período de janeiro a dezembro do ano anterior (ano fiscal). O prazo para enviar a declaração em 2022 vai até o dia 31 de maio.

A declaração é feita de forma virtual, por meio de um *software* disponível para *download* no site da Receita Federal. Há a opção de preencher a declaração de forma *online* e também via aplicativo de celular. A declaração se refere ao que o contribuinte recebeu no chamado ano-calendário anterior. Por

exemplo, até 31 de maio de 2022 (exercício) a pessoa física deve declarar os rendimentos de 2021 (ano-calendário).

O produtor rural precisa ficar atento à organização para fazer a declaração corretamente, como enfatiza Mokwa. O especialista alerta para a necessidade de ter em mãos as notas fiscais e comprovantes de pagamento. “É preciso comprovar o que chamamos de efetividade das operações. O principal não é a nota fiscal, mas ter uma prova de que o contribuinte pagou ou recebeu o valor declarado [via transferência bancária, cheque nominal, comprovação de que cheque saiu da conta, entre outros]”, ensina.

Serviço

O produtor rural que tenha dúvidas sobre como declarar seu Imposto de Renda pode procurar o sindicato rural local. Os colaboradores estão qualificados para esclarecer dúvidas e prestar serviços nessa e em outras áreas que envolvem prestação de contas a órgãos regulamentadores de todas as esferas.

Para saber o sindicato mais perto, acesse a seção “Sindicatos | Regionais”, no site sistemafaep.org.br.



Agrinho em pauta

No dia 29 de março, o superintendente do Banco do Brasil, Pedro Marques Junior, e o gerente de mercado da instituição financeira, Alexandre Boechat, estiveram na sede do Sistema FAEP/SENAR-PR, em Curitiba, reunidos com o presidente da entidade, Ágide Meneguette. Na ocasião, os três conversaram sobre a parceria para edição 2022 do Programa Agrinho, além de aspectos de crédito e seguro rural para a próxima safra.

Nova resolução do Banco Central

Começa a valer em maio uma nova resolução do Banco Central (BC) que permite o compartilhamento de dados das operações de crédito rural. Com as novas regras, as informações poderão ser acessadas por diferentes instituições financeiras, desde que o produtor rural autorize a prática. A ideia do BC é ampliar as fontes de recursos financeiros para agropecuaristas, além de aprimorar produtos e serviços disponibilizados pelos bancos. Outro ponto importante é diminuir os desencontros de dados que podem ocorrer com a falta de integração. O compartilhamento será operacionalizado diretamente pelo BC no próprio sistema destinado ao registro das operações de crédito rural (Sicor), mediante cadastro. A expectativa é que com a nova resolução haja possibilidade de o produtor demonstrar seu histórico no crédito rural e facilitar os trâmites para a liberação de financiamentos.



Representante do agro

O vice-prefeito de Cascavel, Renato Silva, esteve reunido com o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, no dia 6 de abril, na sede da entidade, para debater temas da agropecuária da região Oeste. Silva será candidato a deputado federal pelo partido Republicanos nas eleições de outubro, com a proposta de dar continuidade à representatividade do produtor rural paranaense.



Reconhecimento jovem

O produtor rural Lucas Dierings, de Palotina, na região Oeste do Estado, recebeu o prêmio programa CNA Jovem, promovido pelo Sistema CNA/SENAR. Dierings se destacou pela proposta de soluções inovadoras para problemas envolvendo aspectos rurais. Na ocasião, o jovem recebeu o troféu das mãos de Edmilson Zabott, vice-presidente do Sindicato Rural de Palotina, do supervisor do Sistema FAEP/SENAR-PR Francisco Pelicão e da instrutora Marli Gerstner.

Menos compactação, mais produção

Projeto em área no distrito de Entre Rios, em Guarapuava, analisa indicadores físicos do solo

Conhecer a fundo as características do solo é fundamental para qualquer empreitada agrícola. Para balizar e organizar algumas informações importantes a este respeito, pesquisadores paranaenses estão analisando os indicadores físicos que podem ser utilizados no monitoramento da qualidade do solo. O subprojeto “Indicadores físicos do solo em sistemas de manejo e conservação do solo na região Centro-Sul do Paraná” vem sendo conduzido em uma área no distrito de Entre Rios, em Guarapuava (Centro Sul). O trabalho faz parte do projeto “Manejo e conservação do solo e da água na região Centro-Sul do Paraná”, integrante do Programa Integrado de Manejo e Conservação do Solo e Água do Paraná, que integra a Rede Paranaense de Apoio a Agropesquisa e Formação Aplicada, iniciativa que conta com o apoio financeiro do SENAR-PR.

O trabalho contemplou três sistemas de manejo diferentes: em uma área sem terraço e semeadura no maior alinhamento de cultivo; cultivo

em nível e com plantas de cobertura no outono; e com presença de terraço e cultivada em nível. Todas as áreas foram conduzidas no Sistema de Plantio Direto (SPD). Foram avaliados dois critérios: resistência à penetração e porosidade do solo.

Desde o início do projeto, em 2017, já foram feitas três análises e outras duas devem ser realizadas em breve, na média de uma por ano. Segundo o pesquisador Leandro Rampim, à frente desse subprojeto, a pesquisa é de longa duração, necessitando avaliações ao longo dos anos para compreender todos os indicadores físicos que estão sendo testados.

“Esse trabalho vai dar subsídio para melhorar a análise do solo na propriedade, apontando quais indicadores estão melhores para serem utilizados. Com isso, tanto a assistência técnica quanto o produtor conseguirão fazer indicações mais precisas e avaliar estes sistemas ao longo do tempo”, afirma.

De acordo com o pesquisador, os resultados das avaliações nos três

sistemas de manejos, até o momento, demonstram menor resistência do solo à penetração e maior porosidade do solo na camada 0,0 - 0,1 m (mais superficial) e maior resistência do solo à penetração e menor porosidade do solo na camada 0,1 - 0,2 m de profundidade, provavelmente devido à maior quantidade de matéria orgânica na camada superficial do solo.

Vale lembrar que solos mais compactados e menos porosos dificultam tanto a emergência das plântulas e a penetração das raízes, quanto a infiltração de água. Desta forma, o manejo adequado do solo tem relação direta com o sucesso do sistema produtivo, permitindo maior desenvolvimento das plantas, melhor aproveitamento da água e dos nutrientes e menor risco de erosão.

A pesquisa de longa duração e seus resultados poderão auxiliar pesquisadores, produtores rurais e técnicos agrícolas a identificar os indicadores mais adequados para monitorar a qualidade física do solo em cada região.



Posse da diretoria em Guarapuava

No dia 30 de março, a diretoria do Sindicato Rural de Guarapuava tomou posse para o triênio 2022/2025. A entidade será presidida pelo agropecuarista Rodolpho Luiz Werneck Botelho, que foi reconduzido ao cargo. Diversas autoridades como o prefeito Celso Góes e o vereador Nego Silvio prestigiaram a solenidade. O presidente da FAEP, Ágide Meneguette, deu posse aos membros da diretoria e parabenizou o trabalho da entidade em prol do produtor rural. “Parabenizo o Botelho e toda a equipe do sindicato por todo o conhecimento que levam aos produtores e pela quantidade de treinamentos que proporcionam. A atuação aqui é excepcional”, declarou Meneguette. Em seu discurso, Botelho se comprometeu a realizar por mais três anos o melhor trabalho possível em prol da representatividade dos produtores rurais associados. “Queremos continuar debatendo, contribuindo e



interagindo com todos os setores da sociedade, respondendo aos anseios dos produtores rurais com a indispensável, qualificada e efetiva prestação de serviços”, declarou.



INFORME

Veja também no site
www.fundepecpr.org.br

FUNDEPEC - PR | SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINDO 28/02/2022

HISTÓRICO/CONTAS	RECEITAS EM R\$			DESPESAS EM R\$			SALDO R\$
	REPASSE SEAB		RENDIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	INDENIZAÇÕES	FINANCEIRAS/ BANCÁRIAS	
	1-13	14					
Saldo C/C	386,16	-	-	-	-	70,30	315,86
Serviços D.S.A.	403.544,18	-	138.681,09	542.225,27	-	-	-
Setor Bovídeos	8.444.549,48	278,44	50.610.318,13	-	2.341.952,64	-	57.249.703,83
Setor Suínos	10.323.319,02	2.210.606,80	5.220.057,96	-	200.997,48	-	17.552.986,30
Setor Aves de Corte	1.481.958,15	2.342.576,48	5.046.805,79	-	-	-	8.871.340,42
Setor de Equídeos	53.585,00	23.737,78	194.712,06	-	-	-	272.034,84
Setor Ovinos e Caprinos	123,76	-	19.056,83	-	-	-	24.895,44
Setor Aves de Postura	37.102,41	46.905,50	244.953,68	-	-	-	328.961,59
Pgto. Indenização Sacrificio de Animais*	-	-	-	-	141.031,00	-	(141.031,00)
CPMF e Taxas Bancárias	-	-	-	-	-	77.567,43	(77.567,43)
Rest. Indenização Sacrificio de Animais*	-	-	141.031,00	-	-	-	141.031,00
TOTAL	20.744.568,16	4.624.105,00	61.474.585,53	542.225,27	2.683.981,12	77.637,73	84.222.670,84
SALDO LÍQUIDO TOTAL							84.222.670,84

Ágide Meneguette
Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi
Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt
Contadora | CO-CRC/PR-045.388/0-9

FUNDEPEC - PR - entidade de utilidade pública - Lei Estadual nº 13.219 de 05/07/2001.

25 ANOS SEM A PRINCESA DO POVO

Mais carismática integrante da família real britânica, Lady Di teve uma trajetória marcada por trabalhos filantrópicos

Na noite de 30 de agosto de 1997, Diana – a Princesa de Gales – e o seu namorado, o milionário egípcio Dodi Al-Fayed, saíram do Hotel Ritz, no centro de Paris, e permaneceram um tempo contemplando o Rio Sena. Pouco depois, às 00h25 de 31 de agosto, o casal entrou em seu automóvel Mercedes-Benz S 280, que passou a ser seguido por *paparazzi*. Conduzido pelo motorista Henri Paul, o carro entrou em alta velocidade em um túnel e perdeu o controle, batendo contra um dos pilares. Dodi e Paul morreram na hora. Diana foi retirada dos destroços com vida, mas faleceu horas depois, no Hospital Pitié-Salpêtrière. Enquanto era socorrida, os *paparazzi* continuaram a fotografá-la. Suas últimas palavras no local do acidente teriam sido: “Me deixem em paz”.

Posteriormente, apurou-se que o Mercedes-Benz estava a mais de 100 km/h quando houve o acidente. Mas o motorista não dirigia em alta velocidade só para fugir dos *paparazzi*. Uma investigação apontou que Paul estava sob efeito de álcool, potencializado por antidepressivos, que tomava. Apenas o segurança Trevor Rees-Jones sobreviveu ao desastre. A morte da princesa Daiana causou comoção em escala planetária: mais de três milhões de pessoas passaram por seu funeral, na Abadia de Westminster, e mais de um milhão de buquês foram deixados em frente ao Palácio de Kensington, onde ela morava.

Diana Frances Spencer nasceu em Sandringham, no 1º de julho de 1961, em uma família da aristocracia britânica, da linhagem Stuart. Apesar de condição privilegiada, biógrafos apontam que a futura princesa teve uma infância infeliz, marcada por brigas conjugais dos pais, que se divorciaram e passaram a disputar a guarda dos filhos. Depois de concluir os estudos, já com o título de Lady, Diana voltou à Inglaterra,

onde deu aulas de balé, chegou a trabalhar como faxineira e se tornou professora em uma escola infantil.

Foi nessa época, aos 16 anos, que Lady Di conheceu Charles – o Príncipe de Gales e o filho mais velho da Rainha Isabel II. O aristocrata era 13 anos mais velho e namorava a irmã mais velha de Daiana, Lady Sarah. Três anos depois, após um fim de semana no campo, Charles se interessou por Di. Sob as bênçãos da família real, o príncipe a pediu em casamento. Descrita como um “casamento de conto de fadas”, a cerimônia ocorreu em 29 de julho de 1981, transmitida a 750 milhões de pessoas ao redor do mundo, enquanto 600 mil espectadores foram às ruas para ver o casal passar de carro, a caminho nas bodas.

Logo, por seu trabalho filantrópico, Di ficou conhecida internacionalmente como Princesa do Povo. Apesar de terem dois filhos e tentar passar a imagem de ser um casal feliz, em meados da década de 1990, começaram a circular rumores de que a relação entre Charles e Diana havia se deteriorado. O divórcio se efetivou em 1992, após um acordo por meio do qual a princesa receberia uma quantia de 17 milhões de libras esterlinas, além de receber anualmente mais 400 mil libras.

Apesar da separação, carismática e popular, Lady Di continuou nas graças e no imaginário dos ingleses. Entre os destaques de sua trajetória filantrópica, estão a luta para minimizar o estigma de pessoas portadoras do vírus da Aids, incluindo uma aparição pública em que se sentou ao lado e segurou a mão de um soropositivo – em uma época em que havia preconceito e poucas informações sobre a doença. Além disso, prestou trabalhos para ajudar pessoas com hanseníase, pela proteção dos animais e pela população sem-teto, além de ter sido vice-presidente da Cruz Vermelha Britânica. Realmente, uma princesa atenta ao seu tempo e a seu povo.



Estagnado, biodiesel compromete campo e indústria

Programa nacional de produção do combustível verde não deslança como prometido e acaba por impactar a produção de soja, principal matéria-prima

Por André Amorim

Crises energéticas costumam ter um efeito devastador sobre a economia. Em um país de dimensões continentais como o Brasil, onde as rodovias são o principal modal de transporte e, no caso do agro, escoamento da produção, o preço dos combustíveis impacta diretamente as atividades produtivas, encolhendo as margens de lucro, minando a competitividade e ameaçando a sobrevivência do negócio. Do lado do consumo, o efeito é a inflação, por conta da alta dos produtos.

Há décadas o Brasil busca reduzir a dependência do diesel mineral (de petróleo) apostando no biodiesel, fabricado com óleos de origem vegetal, mais sustentável e menos poluente. Essa trajetória envolve políticas que foram desenhadas para que este setor pudesse se desenvolver com segurança, uma vez que se trata de uma questão estratégica para o desenvolvimento econômico do país. Vale lembrar que a soja é a principal matéria-prima do biodiesel brasileiro, de



modo que turbulências nesse segmento têm impacto direto na produção primária e na vida do agricultor.

Um dos pilares dessa política, os percentuais obrigatórios de mistura do biodiesel ao diesel mineral, vinham evoluindo gradativamente, ano a ano, obedecendo à Resolução 16, de 29 de outubro de 2018, do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Em 2022, essa mistura comercializada nas bombas deveria estar na proporção de 14% de biodiesel e 86% de diesel de petróleo, o chamado B14. Porém, isso não ocorreu. O governo federal vem mantendo a mistura em 10% (B10), a despeito dos investimentos realizados pelas usinas de biodiesel para ampliar a oferta deste biocombustível.

“Esse é o pior dos mundos, um desastre para o setor. Os empresários confiaram na publicação do CNPE e investiram [na ampliação da produção] e agora estamos com uma ociosidade maior que 50% [nas indústrias]”, afirma o diretor-superintendente da União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene (Ubrabio), Donizete Tokarski.

Mais recentemente, o governo Bolsonaro aventou a possibilidade de importar biodiesel de outros países para tentar reduzir o preço dos combustíveis no mercado interno, que aumentou vertiginosamente, acompanhando as cotações internacionais do petróleo. Para o setor, a proposta é uma “pá de cal” que terminaria por inviabilizar a atividade no país.

“Seria outro desastre. Um avião não cai por conta de um erro só, mas por uma somatória. Estão fazendo o avião do biodiesel cair. Essa situação de importação do biodiesel é uma destruição do setor, pois a indústria brasileira estava preparada para avançar. Estamos diante de um quadro de 10% [na mistura] e escassez de diesel [de petróleo] no país já alertada pela própria ANP [Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis]. Mesmo diante de tudo isso, ao invés de intensificar a produção de biodiesel, estão buscando uma solução paliativa, que gera emprego somente em outros países”, observa Tokarski.

Na opinião do deputado federal Pedro Lupion (PP-PR), presidente da Frente Parlamentar Mista do Biodiesel (FPBio), a importação do produto só interessaria aos vizinhos argentinos. “Permitir a importação de biodiesel vai viabilizar a retomada da indústria de biodiesel argentina”, diz. Segundo o parlamentar, a Argentina conta com a tarifa de exportação menor que a do Brasil, o que gera um subsídio efetivo de quase 3%, motivo que teria levado à condenação do país portenho em duas ações antidumping encampadas pelos Estados Unidos e União Europeia.

“Nós, da FPBio, entendemos que uma eventual antecipação da liberação para importação somente pode ocorrer se forem impostas medidas compensatórias contra o subsídio argentino ao biodiesel”, observa Lupion.



Localizada na Lapa, planta da Potencial Biodiesel é a maior produtora do combustível verde do país

55

usinas



R\$ 10,5 bi

é o **PIB da produção de biodiesel** alcançado em 2021

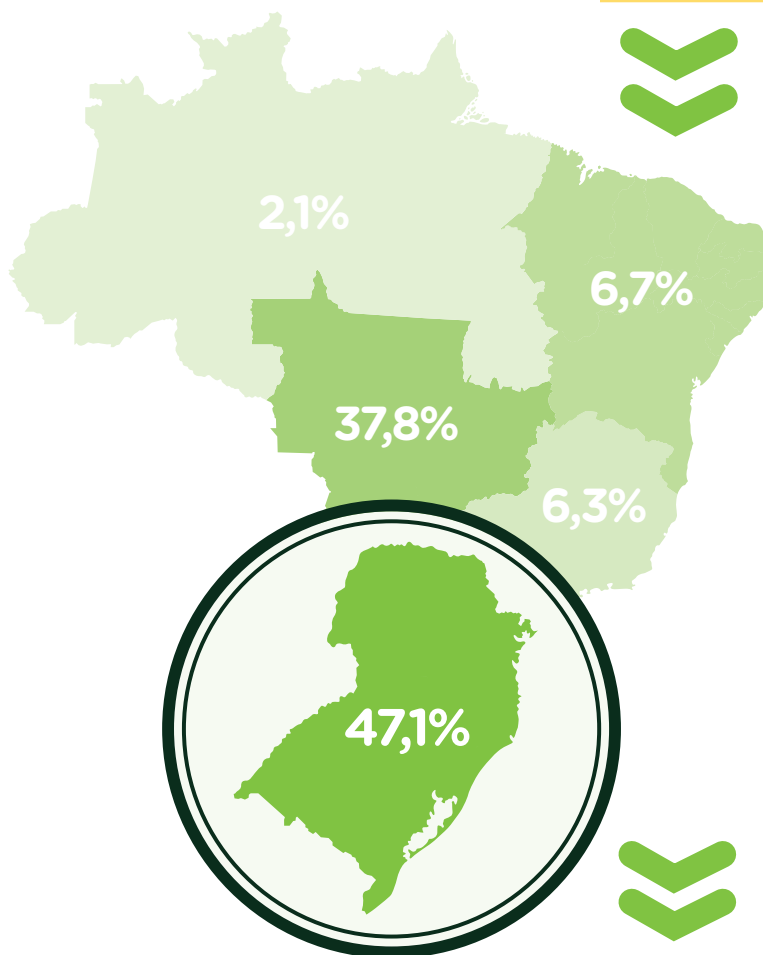


19

mil pessoas empregadas diretamente

14

Estados **produtores**



A região Sul teve a **maior participação na produção nacional** em 2021

Efeito multiplicador

Em março deste ano, representantes do setor do biodiesel e da FPBio se reuniram com o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, para apresentar dados e projeções sobre a atividade no Brasil. Segundo dados da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) e do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), a indústria nacional de biodiesel movimentou R\$ 10,5 bilhões em 2021, o que corresponde a 2% da atividade agroindustrial brasileira, além de promover 19 mil empregos. Indiretamente, o setor contribuiu para gerar um PIB de R\$ 20,3 bilhões naquele ano, segundo as duas entidades.

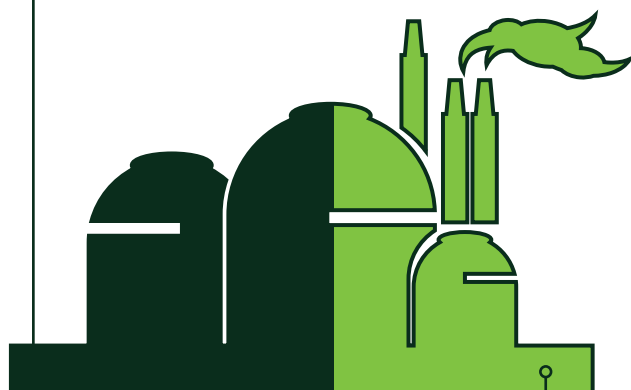
De acordo com o documento entregue ao ministro, cada ponto percentual de biodiesel adicional ao diesel comercial

gera benefícios valorados em R\$ 30 bilhões. Dessa forma, se a mistura atual passasse de 10% (B10) para 14% (B14), o incremento seria da ordem de R\$ 120 bilhões na economia brasileira em 12 meses de acordo com estudo realizado em parceria com FPBio, Abiove, Associação dos Produtores de Biocombustíveis do Brasil (Aprobio) e Ubrabio.

Esse cálculo leva em conta fatores sociais (como empregos gerados na cadeia), ambientais (como a redução as emissões de gases causadores do efeito estufa) e de saúde pública, uma vez que a redução nas emissões de poluentes diminui os casos de doenças cardiorrespiratórias. “Considerando os encadeamentos intersetoriais, cada R\$ 1 adicional de produção de biodiesel promove a inclusão de outros R\$ 4,4 na economia como um todo”, aponta o documento.

12,8 bi

de litros por ano é a **capacidade total instalada** do parque industrial brasileiro de biodiesel



Porém apenas

6,2 bi

de litros é a produção estimada para 2022

52%

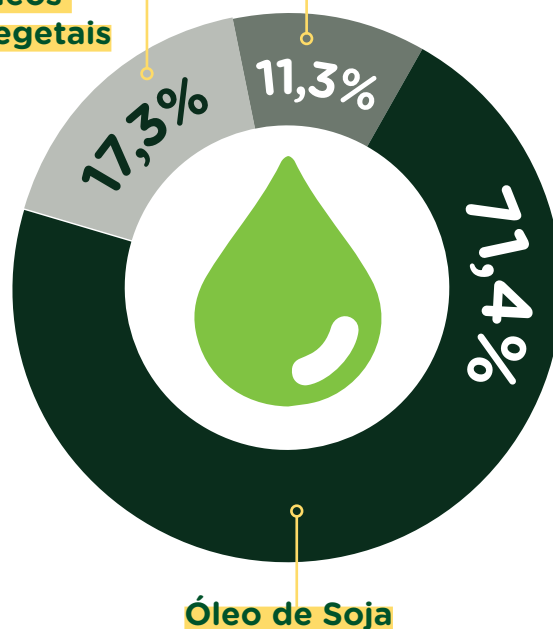
ociosidade do setor

Matérias-primas usadas na produção de biodiesel



Gordura animal

Outros óleos vegetais



Óleo de Soja

5,2

milhões de toneladas

Essa é a quantidade de soja necessária para atender à mistura de biodiesel caso passasse do atual B10 para B14

Outro dado de destaque refere-se aos benefícios indiretos à cadeia de proteína animal. Cada ponto percentual de biodiesel a mais na mistura representaria maior produção de farelo de soja, coproduto do processo de esmagamento da oleaginosa. De acordo com o estudo, esse volume adicional resultaria em uma redução no custo de produção de cerca de R\$ 3,5 bilhões somente para os setores de frango, suínos, ovos e peixes. O impacto no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) seria de menos 0,05%.

“O biodiesel tem que ser olhado diante de uma contabilidade social, econômica, ambiental e de saúde pública, e não somente diesel fóssil versus biodiesel. Em nenhum local do mundo se faz um programa de biocombustível pelo preço, mas pelos benefícios associados”, observa o dirigente da Ubrabio.

Ociosidade

Uma das críticas do setor em relação às políticas governamentais é o “congelamento” em 10% (B10) na mistura, sendo que o parque industrial passou por investimento para dar suporte ao aumento do percentual. Hoje a capacidade instalada é de 12,8 bilhões de litros por ano, diante de uma produção estimada de 6,2 bilhões em 2022, ociosidade de 52%.

Segundo Flavio Negrão, gerente geral do Grupo Potencial, que possui uma unidade de produção de biodiesel localizada no município da Lapa, na Região Metropolitana de Curitiba, houve um movimento por parte das usinas de biodiesel para que o setor estivesse preparado para atender à mistura B14. “O setor se preparou, investiu, mas o B14 não aconteceu”, observa. Com capacidade de 900 milhões de litros anuais, a empresa é a maior unidade produtora de biodiesel do país. Para chegar neste volume, segundo Negrão, foram feitas três ampliações, sendo a última em 2020 com investimento de R\$ 50 milhões.

No caso da Potencial, o óleo de soja corresponde a 75% da matéria-prima usada na produção do biocombustível, sendo que boa parte dos grãos vem de famílias de pequenos produtores, o que confere à atividade um importante caráter social. Em todo Brasil, 74 mil famílias fornecem matéria-prima para essa cadeia, favorecendo o desenvolvimento regional. As empresas que compram essa produção recebem o selo Combustível Social.

A recente quebra da safra de verão ocorrida no Paraná, que reduziu significativamente a disponibilidade de soja, ainda não afetou a operação da Potencial. “Temos estoque, então o impacto dessa quebra ainda não veio”, afirma Negrão. Em relação à ameaça de importação de biodiesel, o gerente da empresa considera uma decisão equivocada. Além das dificuldades operacionais e da questão da qualidade (a especificação do biodiesel brasileiro é uma das mais exigentes do mundo), tentar abastecer um mercado interno já reduzido com biodiesel importado é privilegiar a criação de rendas e empregos em outros países. “Em vez disso o governo brasileiro deveria incentivar a produção interna, com o retorno dos aumentos de mistura previstos em lei. Ainda mais por conta de um cenário internacional em que se avizinha um forte desabastecimento mundial de combustível”, diz Negrão.

Tokarski, da Ubrabio, faz coro, destacando a conjuntura sensível das políticas nacional e internacional, com o conflito no Mar Negro e a possibilidade de escassez de diesel mineral no cenário global. “O combustível mais caro é o que não temos. Hoje há sinais de um possível desabastecimento do diesel, em um momento em que estamos com as nossas indústrias de biodiesel paradas”, lamenta o dirigente.

Com percentual reduzido, biodiesel deixa de consumir 5,2 milhões de toneladas de soja

Políticas relativas à participação do biodiesel na matriz energética brasileira têm impacto direto no campo, uma vez que a soja é a principal matéria-prima. Desse modo, o congelamento da participação do biocombustível de 10% (B10) no diesel comercial, quando o próprio Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) garantia que em 2022 estaríamos com 14% (B14), traz consequências negativas para produção agrícola.

O óleo de soja responde por 71,4% das matérias primas para produção de biodiesel. Outros óleos vegetais respondem por 17,3% e a gordura animal 11,3%. Essa proporção vem mudando ao longo do tempo, acompanhando a disponibilidade e o preço desses insumos.

“Acredito que a participação da soja [na composição do biodiesel] vai ser cada vez menor no futuro, em função do crescimento e da produção de outras matérias-primas e do crescente custo dessa oleaginosa para a indústria”, observa Luiz Eliezer Ferreira, técnico do Departamento Técnico e Econômico (DTE) do Sistema FAEP/SENAR-PR.

Segundo ele, se fosse aumentado o percentual do biocombustível na mistura na ordem de 4% (de B10 para o B14), 2,8% viriam do óleo de soja. Esse adicional corresponde a 5,2 milhões de toneladas do grão ou 750 mil toneladas de óleo de soja. “O Brasil, graças a sua tecnologia e expertise em produção de soja, tem condições totais de atender a essa demanda apenas com aumento na produtividade, sem precisar aumentar a área”, completa Eliezer.

O presidente da Comissão Técnica de Cereais, Fibras e Oleaginosas da FAEP e presidente do Sindicato Rural de Maringá, José Borghi, também observa com ressalvas esse movimento do governo federal. “Vejo de uma forma que negativa. A política de energia renovável deveria prevalecer acima de outras questões. Se utilizamos mais biodiesel, é menos petróleo sendo importado. Do jeito que está, acaba desfavorecendo o produtor rural e beneficiando as grandes companhias de petróleo. É um erro”, analisa.



Sanidade reforçada

O Centro de Diagnóstico Marcos Enrietti (CDME), da Adapar, é o terceiro laboratório do Brasil a ser credenciado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) para o diagnóstico de Influenza A e Doença de Newcastle pela técnica de PCR em Tempo Real (qPCR). Antes, as amostras para PCR em tempo real precisavam ser enviadas para laboratórios em outros Estados. O Paraná é livre de ambas as doenças e o último registro da Doença de Newcastle no Brasil aconteceu em 2006. No total, o laboratório tem credenciamento junto ao Mapa para diagnosticar 16 enfermidades de interesse da defesa agropecuária, englobando 28 diferentes técnicas.



Futura comissão local das mulheres

No dia 25 de março, o Sindicato Rural de Campina da Lagoa promoveu um evento em homenagem às associadas da entidade, que contou com a participação de 84 mulheres. Na ocasião, houve uma apresentação sobre a Comissão Estadual de Mulheres da FAEP, com presença da coordenadora regional Ligia Perri, que também faz parte da diretoria do Sindicato Rural de Juranda. O objetivo desta mobilização é fomentar a representatividade feminina na entidade de Campina da Lagoa, incentivando a criação de uma comissão local.



Prêmio para rastreabilidade

O presidente do Sindicato Rural de Nova Londrina, Antônio dos Santos Pires, ficou em 1º lugar na categoria de rastreabilidade na premiação promovida pela CooperAliança, cooperativa de carnes nobres de Guarapuava. A cerimônia aconteceu no dia 25 de março, durante Assembleia Ordinária, como forma de reconhecimento aos cooperados que atingem bons resultados de produção em diversas categorias. Pires é proprietário da Fazenda Santa Luzia – referência em pecuária moderna no Estado –, onde é mantido um rebanho de 700 animais da raça Angus. O prêmio, referente ao ano de 2021, destacou a eficiência em rastreabilidade da produção, que atingiu taxa de 99,15% de animais abatidos.



Homenagem ao mês da mulher

No dia 26 de março, cerca de mil produtoras rurais participaram de um evento promovido em homenagem ao mês da mulher no Sindicato Rural de São Jorge D'Oeste. Na ocasião, a coordenadora regional da Comissão Estadual de Mulheres da FAEP, Marisa Acorsi, falou às participantes sobre as ações e objetivos de trabalho do grupo. Também estiveram presentes a prefeita Leila da Rocha, o vice-prefeito Vanderlei Trevelin, o presidente da Câmara Municipal José Maria Ferreira, além de demais vereadores e entidades parceiras.

SENAR-PR capacita produtores de Santa Maria do Oeste em cultivo de alho

Demanda partiu de grupo que pretende investir na cadeia. Curso foi desenvolvido de forma personalizada por intermédio do Sindicato Rural de Pitanga



Produtores rurais de Santa Maria do Oeste e da comunidade do Rio Tigre, na região Central do Paraná, estão caminhando para estruturar uma cadeia produtiva do alho. Nos dias 5 e 6 de abril, duas turmas foram capacitadas pelo SENAR-PR em um curso voltado ao plantio e cultivo da hortaliça. O treinamento, que não faz parte do catálogo da entidade, foi desenvolvido de forma personalizada a pedido do Sindicato Rural de Pitanga, em resposta à uma demanda dos próprios produtores, que desejam se especializar na cultura.

“Além das centenas de capacitações oferecidas pelo SENAR-PR no seu portfólio, a instituição também está à disposição para elaborar atendimentos personalizados. Isso permite que a nossa atuação seja ainda mais abrangente e inclusiva, incentivando a diversidade e a organização das ca-

deias produtivas”, destacou Débora Grimm, diretora técnica do Sistema FAEP/SENAR-PR.

A capacitação de oito horas-aula foi formatada pelo pesquisador em fertilidade do solo e nutrição de plantas na Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), Leandro Hahn. Os catarinenses são medalha de bronze em produção de alho no país, com 19,1 mil toneladas colhidas na safra 2021/22.

“Procurei passar o que fazemos em Santa Catarina em termos de técnicas de cultivo, que vão desde preparo da área, escolha e preparo da semente, adubação, nutrição, controle de pragas e doenças, até a parte de colheita e armazenagem para a comercialização”, afirmou Hahn, que foi o instrutor do curso.



Instrutor é especialista na cultura do alho em Santa Catarina



Curso abordou as principais doenças do alho

Organização do setor

Na avaliação de Hahn, uma saída para a consolidação da produção de alho na região Santa Maria do Oeste seria a organização da cadeia produtiva em associações ou cooperativas. “Nessas condições, é possível investir em uma central para o beneficiamento, maquinários maiores e mais modernos, enfim, toda uma estrutura mais profissional”, diz.

“A organização dos produtores rurais, principalmente dos pequenos, aumenta a escala da produção e as opções de mercado para comercialização, além de agregar valor por meio do beneficiamento dos produtos. Esse conjunto de fatores incrementa as chances de retornos mais lucrativos e sustentáveis”, elenca Vanessa Reinhart, técnica do Departamento Técnico (Detec) do Sistema FAEP/SENAR-PR.

Características

Na capacitação foi abordado o cultivo do alho roxo nobre, variedade com sabor marcante que possui alto valor comercial e, conseqüentemente, é a mais popular nos supermercados.

Segundo o especialista, mesmo sendo uma planta comum, o alho é uma cultura com particularidades, que exige detalhes em todas as etapas do cultivo.

“É fundamental que seja um clima de região de altitude, mais frio, pois o alho é uma cultura de inverno. O ideal é em torno de 900 metros, similar à nossa região produtora em Santa Catarina. Também tem potencial uma região que seja majoritariamente plana, que favorece a mecanização, com uso de enxada rotativa para formação de canteiros. Solo declivoso, com pedras, dificulta”, explica Hahn.

O município de Santa Maria do Oeste apresenta altitude de aproximadamente 1 mil metros e clima subtropical úmido, o que, na avaliação do instrutor, é excelente para o cultivo do alho.

O clima frio, preferencialmente com temperaturas entre 0°C e 15°C, é o que estimula a formação dos bulbos da planta. Ainda, é necessária alta incidência de luz solar – o alho roxo nobre precisa de mais de 13 horas de iluminação por dia. O solo ideal deve ser rico em matéria orgânica e ter boa drenagem de água, sendo preciso irrigação frequente nos primeiros estágios de cultivo.

“O alho é uma cultura irrigada, então o produtor tem que investir em um sistema para começar, seja por aspersão, pivô central. O custo de produção do alho é muito alto, então o manejo adequado da irrigação é um fator determinante para uma boa produção e conservação dos bulbos após a colheita”, afirma o instrutor.

Custo de produção

Hoje, o custo de produção de um hectare de alho gira em torno de R\$ 100 mil, considerando adubos, sementes e energia elétrica para irrigação, além dos gastos com serviços de preparo do solo, tratamento de sementes, aplicação de defensivos, entre outros.

Segundo Hahn, o valor agregado é significativo, desde que a lavoura tenha boa produtividade. Na Ceasa-PR, o quilo de alho varia entre R\$ 15 e R\$ 20. “No mínimo 10 toneladas por hectare. Abaixo disso é inviável”, recomenda. Outro ponto a ser considerado são os produtos utilizados, especialmente herbicidas específicos para a cultura do alho. “O agricultor precisa comprar esses produtos previamente para fazer o manejo, bem como o controle de pragas. Não adianta utilizar produtos de outras culturas”, adverte Hahn.

Dois aspectos oneram o custo de produção do alho: valor da semente (bulbilho) e mão de obra. O quilo da semente de alho roxo nobre pode custar, em média, até R\$ 65. Em um levantamento realizado pela Embrapa, concluiu-se que, em um hectare, são necessárias, pelo menos, 175 toneladas de semente para atingir uma produtividade de 15 toneladas de alho.

Já o alto custo com mão de obra está relacionado com as particularidades da cultura. “A condução da lavoura é feita com maquinário, mas muitas etapas são manuais, como preparo da semente, plantio, colheita, corte, toaleta. Ainda que existam máquinas, o produtor que está começando dificilmente vai comprar uma máquina de R\$ 200 mil”, aponta.



Turbo-pulverizador só poderá ser usado em tratores com cabine fechada

Definida pela Norma Reguladora 31, determinação começa a valer em julho deste ano. Quem descumprir as especificações pode ser autuado

A partir de 5 de julho, o produtor rural que utilizar um atomizador mecânico tracionado – turbo-pulverizador – para fazer aplicações de agroquímicos terá que tracionar o implemento com tratores de cabine fechada. A regra consta do item 31.7.4 da Norma Regulamentadora (NR) 31, que estabelece as regras de segurança e saúde no trabalho rural. Quem usar tratores sem cabine ou de cabine aberta poderá ser autuado por auditores fiscais do trabalho, responsáveis por acompanhar o cumprimento da norma.

A NR 31 está em vigor desde outubro de 2021, mas o item que trata do atomizador mecânico tracionado havia sido suspenso temporariamente, para que os produtores rurais tivessem condições de se adequar à nova determinação. Confira a entrevista com Hamilton Humberto Ramos, especialista em tecnologia de aplicação de produtos fitossanitários e doutor em Agronomia da Universidade Estadual Paulista (Unesp).

BI - O que é o atomizador mecanizado e em que tipo de culturas é mais usado?

Hamilton Humberto Ramos – O atomizador mecanizado traçãoado mencionado na norma é conhecido no campo por turbo-pulverizador ou atomizador, um equipamento que possui uma cortina de ar ou uma turbina para fazer a pulverização de agroquímicos. É muito usado nas culturas arbóreas ou arbustivas, do tipo café e citros.

O que motivou a mudança definida na NR 31? O uso exclusivo do atomizador com máquina de cabine fechada partiu de algum estudo?

Essa determinação surgiu de uma sugestão apresentada durante uma das consultas públicas dessa norma. Alguém sugeriu que esse equipamento deveria ser usado só com tratores cabinados e a comissão tripartite adotou. Realmente, estudos de exposição feitos nos Estados Unidos e na Europa mostram que esse tipo de pulverização mecanizada leva a uma maior exposição do trabalhador, justamente por trabalhar com gotas finas e por jogar essa calda a alturas mais elevadas, para trabalhar com citros e café, por exemplo. Então, é uma medida que visa proteger a saúde do trabalhador.

O que motivou a prorrogação do início da vigência deste item?

Era para dar um tempo maior para que o produtor pudesse se adequar a essa realidade.

O produtor que tenha uma máquina com cabine aberta pode fazer ajustes para se adequar à lei? Existem normas para isso?

Não é possível o produtor fazer ajustes. Existem normas de qualidade para cabine, porque ela precisa ter ar condicionado, com um sistema de filtragem com carvão ativado. Idealmente, tem que ter uma pressão positiva, ou seja, o ar que entra na cabine tem que estar em maior pressão, reduzindo o risco de contaminação do trabalhador. A cabine funciona como uma medida de proteção coletiva. É isso que o Ministério do Trabalho está esperando com essa recomendação.



CONFIRA O VÍDEO DO CURSO

É fácil!

• Ligue a câmera do seu celular, aponte para o **QR Code**, acesse o link e assista. Caso não funcione, baixe um aplicativo leitor de QR Code.

• Ou assista ao vídeo no nosso canal

www.youtube.com/sistemafaep



Curso do SENAR-PR orienta produtores sobre as normas

O SENAR-PR tem em seu catálogo o curso “Aplicação de agrotóxicos - NR 31.7”, voltado a apresentar aos produtores e trabalhadores rurais os detalhes da legislação que visa garantir a segurança e a saúde do homem do campo. Além das normas em si, a capacitação aborda aspectos práticos, orientando o aluno em relação às tecnologias de aplicação, às máquinas usadas e sua calibração e aos cuidados ambientais.

“Em relação ao item 31.7.4, nossos instrutores já vinham orientando os participantes a seguirem a determinação: a utilizarem tratores com cabine, durante pulverizações com atomizador mecânico traçãoado”, explica Flaviane Medeiros, do Departamento Técnico (Detec) do Sistema FAEP/SENAR-PR.

O produtor também encontra outras opções de capacitações relacionadas à aplicação de defensivos, entre os quais, um título voltado especificamente ao atomizador mecânico. O curso “Aplicação de agrotóxicos - turbopulverizador” oferece aos participantes um conteúdo que inclui normas de segurança, manutenção do equipamento e calibragem do dispositivo. Todas as capacitações do SENAR-PR são gratuitas.

Você pode consultar o catálogo de cursos do SENAR-PR no endereço sistemafaep.org.br, na seção Cursos SENAR-PR.



PALOTINA

COLHEDORA AXIAL

O curso foi ministrado entre os dias 10 e 14 de janeiro. A instrutora Silvana de Fátima Ribeiro Olzewski certificou sete participantes.



CIANORTE

COLHEDORA AXIAL

A instrutora Silvana de Fátima Ribeiro Olzewski capacitou oito pessoas, em 21 de janeiro, no treinamento em parceria com a empresa Equagril Equipamentos Agrícolas Ltda.



CASCAVEL

DERIVADOS DE LEITE

O treinamento com a instrutora Elaine Angelica Gasparello aconteceu nos dias 18 e 19 de janeiro para doze participantes.



ITAÚNA DO SUL

BÁSICO EM MILHO

O curso ofertado pelo Sindicato Rural de Nova Londrina, finalizado em 14 de dezembro de 2021, teve oito concluintes. O instrutor responsável foi Frederico Leoneo Mahnic.



UBATÃ

COMUNICAÇÃO

Doze pessoas receberam treinamento da instrutora Luciane Pimentel, entre os dias 20 e 21 de janeiro.



FRANCISCO BELTRÃO

SOJA - MANEJO DE DOENÇAS

No período de 22 de janeiro e 5 de fevereiro, 11 pessoas foram capacitadas no curso realizado pelo instrutor Miguel Vicente Weis Ferri.



REALEZA

PANIFICAÇÃO

Em parceria com a Prefeitura de Realeza, 13 pessoas receberam treinamento da instrutora Ines Maria Wietozikoski, entre os dias 1º e 2 de fevereiro.



REALEZA

GELEIAS E DOCES

Terminou em 4 de fevereiro o curso ministrado pela instrutora Ines Maria Wietozikoski, capacitando 13 participantes.



NOVA LONDRINA

TRATORISTA AGRÍCOLA

Terminou em 11 de fevereiro o curso ministrado pelo instrutor Marcos Domingues Pereira, capacitando oito participantes.



NOVA LONDRINA

APLICAÇÃO DE AGROTÓXICOS

Dez pessoas participaram do curso, finalizado em 5 de fevereiro, com o apoio do instrutor Claudécir Sebastião Prieto.



SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

OPERAÇÃO DE DRONES

Oito pessoas participaram do curso no dia 9 de fevereiro, com o apoio do Rafael Andrzejewski.



TERRA RICA

DERIVADOS DO PESCADO

O curso encerrou em 9 de dezembro do ano passado, com o instrutor Frederico Leoneo Mahnic. Oito pessoas foram certificadas.

VIA RÁPIDA

Um estouro de parede

O plástico bolha foi inventado, em 1957, para ser usado como papel de parede. Na época, não se pensava em utilizá-lo como embalagem. Será que as pessoas ficariam apertando as paredes de suas casas?



Futuro agro

Nos últimos tempos, o agronegócio está ocupando espaço no futebol. Atualmente, seis clubes da Série A e 12 da Série B do Campeonato Brasileiro são apoiados diretamente por empresas do setor. As parcerias são as mais variadas. Das agremiações beneficiadas, seis são da região Sul, cinco do Nordeste, três do Centro-Oeste e quatro do Sudeste.



WD-40 e suas mil e uma utilidades

O WD-40 foi inventado há mais de 60 anos. Além da função de lubrificar, o produto possui diversas outras funções como: remover manchas de roupas, chiclete e cola de adesivos; retirar graxa das mãos; restaurar e limpar painéis e superfícies de couro em carros e para-choques plásticos; limpar giz de cera, caneta, canetinha, "marca-texto" de paredes, tapetes e móveis; e proteger serras e serrotes contra ferrugem.



"Estrelas além do tempo"

No auge da corrida espacial travada entre Estados Unidos e Rússia durante a Guerra Fria, uma equipe de cientistas da Nasa, formada exclusivamente por mulheres afro-americanas, provou ser o elemento crucial que faltava na equação para a vitória norte-americana. O grupo liderou uma das maiores operações tecnológicas registradas na história dos Estados Unidos, se tornando verdadeiras heroínas da nação.

Você consegue encontrar?

O coelho teria sido o primeiro ser vivo a testemunhar a ressurreição de Jesus. Por essa razão, ganhou o privilégio de anunciar a boa nova às crianças na manhã da Páscoa, além de ser o suposto portador do ovo de chocolate. Descubra onde estão os ovos na figura.



Jogada de marketing

Um dentista foi o responsável por popularizar o algodão doce. Em 1897, William Morrison resolveu aliar seu talento de dentista com a paixão por gastronomia para inventar a “máquina elétrica de doces”. O dispositivo composto por uma bacia com furos minúsculos que, quando aquecida, o açúcar contido nela sofre o processo de trefilação e ganha aspecto visual de algodão.



Momento piada

Você sabe qual é o cereal favorito do vampiro?
- A veia!



UMA SIMPLES FOTO



BOLETIM NO RÁDIO

O PODCAST SEMANAL DO SISTEMA FAEP/SENAR-PR

*PODCAST É UM
PROGRAMA
DE RÁDIO VIA
INTERNET QUE
VOCÊ PODE OUVIR
NAS SEGUINTE
PLATAFORMAS:*



Facebook
Sistema Faep



Youtube
Sistema Faep



Spotify
Sistema Faep



Aplicativo
Sistema Faep



Site
sistemafaep.org.br

SISTEMA FAEP



Acesse a versão digital deste informativo:

sistemafaep.org.br

• **FAEP** - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 |
Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

• **SENAR-PR** - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 |
Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
R. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo
porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ____/____/____
Em ____/____/____ Responsável